

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findo em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído - em reais)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SETOP").

AB Concessões S.A.: A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polónia. A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

1. Destaques do ano de 2019: A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2019 cresceu 8,1% em relação ao ano de 2018, alcançando R\$ 137.956 mil. A receita líquida no ano de 2019 foi de R\$ 137.460 mil (+6,1%). O tráfico da Companhia em 2019 foi de 22.716 mil de eixos equivalentes, volume 4,3% acima do tráfico registrado no ano de 2018. O EBITDA ajustado em 2019 foi de R\$ 98.648 mil (+56,4%).

3. Desempenho Econômico-Financeiro

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita operacional líquida, Receita de serv.de construção, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida, Receita Líq. (exclui rec.construção), etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida (excluído receita de construção), Receita de arrecadação de pedágio, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida (excluído rec.construção), Receita Líq. (exclui rec.construção), etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Saldos em 31/12/2017, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/01/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Jatubá) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6/03/2017, o registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Serviços terceiros - conserva, mant., e operação das rodovias, Amortização de intangível, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Funcionários, Materiais e equipamentos, Prestadores de serviços, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Despesa operacional, Despesa operacional, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida, Receita de construção, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida (excluído receita de construção), Custos operacionais, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Receita líquida (excluído rec.construção), Receita Líq. (exclui rec.construção), etc.

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: Funcionários: i) reajuste salarial negociado junto ao sindicato de categoria; e ii) reajustes nos valores dos benefícios oferecidos aos funcionários. Prestadores de serviços: i) reajustes contratuais com prestadores de serviços; e Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários: ii) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstrações do Resultado, Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração do Fluxo de Caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o Km 66,9 e o Km 69,1, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de 5,2 km de vias principais, uma passagem inferior de pedestres, dois dispositivos de retorno com passagem superior de veículos, um dispositivo de retorno com passagem inferior de veículos e três passarelas de pedestres (concluída); • Obras de drenagem urbana do município de Mateus Leme entre o Km 67,6 e o Km 68,9 (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o Km 69,1 e o Km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível, uma ponte, um viaduto e uma passarela de pedestres (concluída); • Passarela de pedestres Km 62,8 (concluída); • Duplicação do Km 84,8 ao Km 89,3, localizado no município de Itaúna, com implantação de três interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e uma passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível (concluída); • Passarela de pedestres Km 84,3 (concluída); • Passarela de pedestres Km 85,3 (concluída); • Duplicação do Km 120,9 ao Km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com implantação de ponte sobre o Rio Itapecerica e uma passagem inferior para travessia de Pedestres no Km 122 (concluída); • Duplicação do Km 124,9 ao Km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso a BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Duplicação do trecho compreendido entre o Km 200,3 e o Km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída); • Alteração de traçado de passagem do município de Corrego Fundo com implantação de ponte, do Km 212,4 ao Km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída); • Duplicação no trecho compreendido entre o Km 263,4 ao Km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída); • Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 Km 330,8 ao Km 331,4 (concluída); • Duplicação do Km 357,2 ao Km 338,1 localizado no município de Passos, com implantação de Interseção em dois níveis com a Av. Arlindo Figueiredo com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Duplicação do Km 372,4 ao Km 373,8, localizado no município de Itaú de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itaú com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída); • Realização de 28,25 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída); • Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída); • Implantação de 73,9 km de terceiras faixas na rodovia (concluída); • Execução de cinco dispositivos em nível (concluída). Rodovias BR-491 e BR-265: • Duplicação do trecho compreendido entre o Km 1,50 e o Km 4,45, da Rodovia BR-491, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída); • Realização de 7,5 km de adequações geométricas, com correções do traçado na rodovia BR-265 (concluída); • Implantação de 21,9 km de acostamentos ao longo da rodovia BR-265 (concluída); • Implantação de 18,6 km de terceiras faixas na rodovia BR-265 (concluída). Dados previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 para os próximos anos (2020 a 2023), segundo Termo Aditivo do Contrato de nº 07 TAO7, conforme segue: • Duplicações ao longo da rodovia: concluídas = 31,6 km; previstos = 35,9 km; • Correções de traçado ao longo da rodovia: concluídas = 35,25 km; previstos = 25,85 km; • Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: concluídas = 94,8 km; previstas = 42,4 km; • Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: concluídas = 32; previstas = 44; • Passarelas e passagens inferiores de pedestres: concluídas = 24; previstas = 18. Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores atuais, na data-base 31/12/2019, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$704.672 e de R\$120.725 referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional: seriam registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura; (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentando a valor presente, conforme mencionado na Nota 9. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será em ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade.

das Gerais mais uma vez, vem aumentando seus investimentos na rodovia, de forma a entregar aos usuários uma rodovia mais segura, confortável e com plenas condições de trafegabilidade. Neste sentido concluiu-se no ano de 2019 trechos de terceiras faixas, uma série de reforços de OAEs, uma nova Ponte sobre o Rio Pará, além de evoluir de forma expressiva nos investimentos na reformulação do sistema rodoviário no polo de Divinópolis. Divida: A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 494.864 mil reais em 31/12/2019, como resultado da 4ª emissão de debêntures.

Table with 5 columns: Qtde. emitida, Taxas contratuais (%), Venc., 2019, 2018. Rows include Série, 1ª série, 2ª série, Caixa, Custo de transação, Saldo líquido, Dívida Líquida.

No ano de 2019, a Companhia realizou o pagamento de juros e principal (debêntures) no valor total de R\$ 48.140 mil. Governança Corporativa: Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia Conselho de Administração:

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições. - Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia; - Com regimento referente a periodicidade de reuniões; - Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio. Auditoria e Demonstrações Financeiras: - Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras; - Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Transparência e Gestão: - Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados; - Política de divulgação e uso de informações que estabeleça normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes; - Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia. 4. Responsabilidade Socioambiental: Seguindo um sistema de gestão que minimize o impacto de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificada identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária. Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha "Caminhoneiro na Via", estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões. O Grupo AB Concessões levou a campanha "Motociclista na Via" a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nos motociclistas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes. Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha "Pedestre na Via" distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas. Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha "Usuário na Via", que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros. Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha "Educação na Via", que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lineares, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores. Com esta campanha, as propriedades lineares são visitadas pelas equipes do Grupo a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do "Comunidade na Via", os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde. 5. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S. S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: A EY foi contratada para: i) Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação; ii) revisão de suas informações financeiras intermediárias (IFR) (iii) auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais. 6. Declaração da Diretoria: De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com: i) o conteúdo e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; ii) e com as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31/12/2019 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstrações do Resultado, Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração do Fluxo de Caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração do Fluxo de Caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração do Fluxo de Caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstrações do Resultado, Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, etc.

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Demonstração do Fluxo de Caixa, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, etc.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Table with 5 columns: 2019, AV%, 2018, AV%, Var R\$. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas. As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir: a) Contabilização do contrato de concessão patrocinada: Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica (LPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada. Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. b) Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 9. c) Determinação das receitas de construção: Quando a Companhia presta serviços de construção de reconhecê-la a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, conforme normas internacionais de contabilidade - IFRS. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade às normas internacionais de contabilidade - IFRS. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. No exercício findo em 31/12/2019, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$76.528 (R\$47.647 em dezembro de 2018), e custo de construção nos mesmos valores. d) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para lidar a obra em construção presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do período ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: 2.1. Instrumentos financeiros ativos: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial continua.

continua.

...continuação

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina os fluxos de caixa resultantes da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro foi mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. a) Caixa e equivalentes de caixa: Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição. b) Contas a receber de clientes e do Poder Concedente: Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. A Companhia não constitui provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condições relacionadas com defaults. 2.2. Ativo intangível: A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de "Ativo intangível" da concessão para ativo contratual (Nota Explicativa nº 6). A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfetida ao longo do tempo em que esta é construída. 2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31/12/2019 e exercício findo em 31/12/2018. 2.4. Instrumentos financeiros passivos: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Empréstimos e financiamentos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos, exceto aqueles capitalizados aos ativos qualificáveis, conforme descrito na Nota 2.2. 2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a Nota 11. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. 2.6. Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 10. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. 2.7. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita. Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na Nota 2.c. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. 2.8. Resultado básico e

diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do trimestre e do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição. 2.9. Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. 2.10. Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), menos insusados adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição), os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). 2.11. Demonstração do valor adicionado: A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.12. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31/12/2019 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2019.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 - Arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019).	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que sejam demonstradas nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é e contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes em 1º/01/2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.	A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido com um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º/01/2019, sem atualização das informações comparativas. O efeito da adoção inicial da IFRS 16 foi de R\$ 2.028 na rubrica de Arrendamento mercantil, no passivo, seu R\$ 891 não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é e contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes em 1º/01/2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

2.13. Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a Renda (vigência a partir de 01/01/2019).	A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alíquotas ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)).	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará impacto

3. Caixa e equivalentes de caixa 2019 2018
Caixa e contas bancárias 1.774 1.408
Aplicações financeiras (a) 35.466 75.565
Total 37.240 76.973
(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 97,43% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 4. Contas a receber de cliente e do Poder Concedente 2019 2018
Pedágio eletrônico 5.585 4.838
Cupons de pedágio 138 170
Total 5.723 5.008
Contraprestação pecuniária (a) 3.113 3.120
3.113 3.120
8.836 8.128
Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente (a) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 90 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA. 5. Partes relacionadas: As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	2019	2018
Passivo circulante	344	324
Controladora	-	-
AB Concessões S.A. (a)	504	8.493
Total	504	8.493
Transações	2019	2018
Custos e despesas	976	929
Controladora	976	929
AB Concessões S.A.	-	-
Total	976	929
(a) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeito a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais. Conforme mencionado na Nota 7, em 14/06/2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, em 02 (duas) séries - 1ª Série e 2ª Série - sendo 260 e 200 debêntures não conversíveis em ações, respectivamente, com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo esta última, 2ª Série no montante de R\$200.000, subscritas por sua parte relacionada Austroraste Concessões e Participações Brasil Ltd. ("Austroraste"), remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31/12/2019 foi de R\$1.785 (R\$1.627 em 31/12/2018), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.		

Amortização acumulada	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31/12/2017	(163.155)	(410)	(163.565)
Amortização	(53.701)	(108)	(53.809)
Baixas	1	-	1
Saldos em 31/12/2018	(216.855)	(518)	(217.373)
Amortização	(60.651)	(91)	(60.742)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(277.506)	(609)	(278.115)
Saldos em 31/12/2018	759.006	230	759.236
Saldos em 31/12/2019	793.278	189	793.467
Taxa média de amortização (a.a.)	8,27%	20%	-
Ativo intangível	713.254	60.213	773.467
Ativo contratual	793.467	-	793.467
Total ativo da concessão	1.506.721	60.213	1.566.934

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados". Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICP01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Do total do intangível em rodovias em 31/12/2019, R\$50.213 representam intangíveis em rodovia em andamento (R\$38.598 em 31/12/2018), os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativo contratual". A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos, em seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro 2019 e 31/12/2018, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	2019	2018
4ª emissão	-	-	-	-	-
1ª série	260	CDI a 100% + 4% a.a.	Junho/2022	260.850	261.047
2ª série	200	CDI a 100% + 6% a.a.	Julho/2022	273.068	243.047
Custo de transação	-	-	-	(1.814)	(2.953)
Circulante	-	-	-	532.104	501.141
4ª emissão	-	-	-	403.774	1.047
1ª emissão	-	-	-	428.330	500.094

CDI simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries: • 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quinquenária com garantia adicional de fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14/06/2022; • 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional de fidejussória. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por: 1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. 2. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1. 3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.: Durante o exercício findo em 31/12/2019 foram apropriados juros de R\$57.103 (R\$55.494 em dezembro de 2018) e foram pagos juros no montante de R\$26.140 (R\$27.029 em dezembro de 2018). Cláusulas restritivas: A escritura da 4ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. A Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2019. A escritura da 4ª emissão está arquivada e disponível para consulta na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures" no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br).

8. Fornecedores	2019	2018
Fornecedores de serviços de construção	33.357	25.251
Fornecedores operacionais	2.158	2.719
Total	35.515	27.970

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia. 9. Provisão para manutenção e investimentos: A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas Notas 1 e 2, sendo ajustada a valor presente à taxa de 6,5% ao ano. A intervenção atual é considerada a segunda ciclo de intervenção e será finalizada em 2022, e a próxima intervenção ocorrerá a partir de 2023. A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31/12/2017	74.101	140.037
Adições/atualizações	17.932	17.932
Ajuste a valor presente	7.014	14.476
Utilizações	(21.668)	(35.390)
Saldos em 31/12/2018	77.379	137.055
Adições/atualizações	17.736	15.203
Ajuste a valor presente	1.708	6.290
Utilizações	(44.174)	(48.713)
Saldos em 31/12/2019	52.649	76.630
Circulante	53.541	25.037
Não circulante	23.838	58.477
Total em 31/12/2018	77.379	137.055
Circulante	26.034	37.581
Não circulante	26.615	39.049
Total em 31/12/2019	52.649	76.630

10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros: A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários. A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes. A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, e reconhecido os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$14.762. A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

Adi-ções	Re-versões	Utili-zações	Atualizações	2019
2018	6.095	2.719	6.195	34.802
Cíveis (a)	35.172	(13.065)	(549)	6.195
Trabalhistas (b)	16.604	5.644	(677)	207
Outras conting.(c)	5.617	1.242	(5.617)	-
Tributária	3	-	-	3
Total	57.393	13.938	(19.359)	6.402

Adi-ções	Re-versões	Utili-zações	Atualizações	2018
2017	11.788	(26.564)	(2.919)	37.470
Cíveis (a)	15.397	11.788	(26.564)	2.919
Trabalhistas (b)	2.150	17.509	(2.464)	1.681
Outras conting.(c)	1.254	5.511	(1.148)	-
Total	18.801	34.808	(30.176)	5.191

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, a desapropriações ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não tributários ou trabalhistas) decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$69.336 (R\$61.528 em 31/12/2018), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$5.720 (R\$1.781 em 31/12/2018). No exercício findo em 31/12/2019, a Companhia revisou seus processos classificados como prováveis, revertendo-os em função do êxito em matéria de defesa. O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$2.790 e R\$25.384, respectivamente, em 31/12/2019 (R\$2.144 e R\$26.182, respectivamente, em 31/12/2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$43.475, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figurou na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os diferidos: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos; b) Imposto de renda e contribuição social diferidos; c) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

2019 2018
Diferença temporária 55.073 57.393
Obrigações fiscais 1.854 1.655
Prej. fiscal e base negativa de contr. social 199.569 145.153
Mud. prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i) 53.460 57.737
Arrendamento mercantil 23 -
Provisão de manutenção e investimento 132.861 145.005
Base de cálculo 442.840 406.943
Alíquota nominal combinada 34% 34%
Total do crédito 150.566 138.361

Débito de imposto	2019	2018
Diferença temporária:	-	-
Diferenças de taxa de amortização (ii)	(88.255)	(95.316)
Outros ativos	(14.762)	(11.527)
Encargos financeiros a apropriar	(1.815)	(2.954)
Juros de debêntures capitalizados	(3.938)	(4.255)
Base de cálculo	(108.770)	(114.052)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	(36.982)	(38.778)
Crédito de IR e CS diferidos, líquido	113.584	99.583

(i) O montante líquido de R\$53.460 em 31/12/2019 (R\$57.737 em dezembro 2018) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais. (ii) Correspondem à diferença temporária entre a depreciação fiscal dos bens, suportada por laudo preparado por avaliadores externos, e a amortização contábil do intangível. Esse laudo foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, cuja estimativa é comparável com as taxas de vida útil publicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

2019	2018
Ano 2020	16.220

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Referente ao **Processo Licitatório N.º 221/2019, Concorrência Pública N.º 009/2019 – Contratação de empresa de engenharia civil sob o regime de empreitada por preço unitário para pavimentação e melhoramentos da Estrada do Fernandes**, a Comissão Permanente de Licitação informa que procederá a abertura do certame, todavia, a empresa Vilasa Construtora Ltda impugnou o edital de licitação às 15:01 horas do dia 20/03/2020. Sendo assim, a CPL decide por **SUSPENDER** a abertura do certame em referência até o julgamento dos méritos.

S. G. R. Abaixo, 23 de março de 2020.
Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG - Tomada de Preço N.º 001/2020. Suspensão "SINE DIE" somente em relação à contagem de PRAZO de intervalo mínimo entre a publicação do edital e a realização da sessão inicial do processo licitatório. Objeto: Contratação de empresa para construção de passarela metálica sobre o Ribeirão do Carmo, no Bairro Colina. Motivo da suspensão: medida preventiva contra a propagação do novo Coronavírus (COVID-19). Tão logo encerrado o período de suspensão, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) restabelecerá o prazo acima referenciado e dará continuidade à respectiva contagem a partir de sua paralisação. Informações, esclarecimentos e edital sala da CPL. Praça JK S/N, Centro de 08:00 às 17:00horas. Site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacao@prefeituraemariana@gmail.com. Tel: (31)35579055. Mariana 23 de Março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

Comunica a abertura do **LEILÃO N.º 01/2020**, visando a alienação dos bens móveis inservíveis ao município de Ubá, de conformidade com o descrito no edital. O Leilão será realizado apenas no módulo "online", com início a partir do dia 30/03/2020, através do site www.jonasleiloeiro.com.br, com encerramento no dia 23/04/2020 às 14 horas. Edital completo disponível no sítio eletrônico do município www.uba.mg.gov.br. Outras informações tel. (32)3301-6109, e-mail compras@uba.mg.gov.br ou ainda, através do telefone (37)3242-2218 ou e-mail jonasleiloeiro@jonasleiloeiro.com.br

MAQUINÉ EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ 17.321.647/0003-80 - NIRE-3130001618-8

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
São convocados os senhores acionistas a se reunir, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 2020, na sede social, na Av. Cristiano Machado, 4001, Bairro Ipiranga, Belo Horizonte – MG, CEP. 31.160-413, Minas Gerais, às 14:30 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto ou às 15:00 horas, em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores. Relatório dos Auditores Independentes, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicadas no Jornal Hoje em Dia em 10 de março de 2020, Caderno Primeiro Plano, página 12; b) Deliberação da destinação dos resultados do exercício findo e distribuição de dividendos; c) Fixação das respectivas remunerações dos membros da Diretoria; d) Deliberação sobre cisão da Companhia; e) Demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133, 135 e 152 da Lei 6.404/1976, com as alterações da Lei 10.303/2001, Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, e o Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Belo Horizonte, 20 de março de 2020. **Simone Campos Drumond** - Diretora Administrativa e Financeira

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREIÇÃO DO ALTO RIO VERDE GRANDE – CISARVG torna-se público o protocolo de Intenções, sendo constituído sob a forma de associação pública e, portanto, com personalidade jurídica de Direito Público, que integra a administração indireta de todos os entes consorciados. Suas atividades são desenvolvidas na área da Saúde Pública, submetendo-se aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, através, especialmente, dos dispositivos da Lei 8.080/90. Integrando o consórcio os seguintes municípios, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Glauçilândia, Itacambira, Jequitaiá, Juramento, Lagoa dos Patos, São João da Lagoa e São João do Pacuí. O protocolo de intenções. Pode se acessado pelo site: <http://www.cisverdegrande.com.br/publicacao/8>.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREIÇÃO DO ALTO RIO VERDE GRANDE – CISARVG torna-se público o Estatuto, sendo constituído sob a forma de associação pública e, portanto, com personalidade jurídica de Direito Público, que integra a administração indireta de todos os entes consorciados, regendo-se pelas normas das legislações pertinentes, especialmente pela Lei Federal nº 11.107/05. Integrando o consórcio os seguintes municípios, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Glauçilândia, Itacambira, Jequitaiá, Juramento, Lagoa dos Patos, São João da Lagoa e São João do Pacuí. O estatuto pode ser acessado pelo site: <http://www.cisverdegrande.com.br/publicacao/8>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP Saúde n.º 001/2020. Processo de Compra n.º 88/2020** – Tipo: Maior Percentual de Desconto. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS E SIMILARES DE A a Z COM MAIOR DESCONTO PERCENTUAL NA TABELA DE MEDICAMENTOS CMED PARA O EXERCÍCIO DE 2020**. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Avenida Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia **07-04-2020** às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br Paracatu-MG, 23 de Março de 2020.
Cleidimar Monteiro Alves – Pregoeira.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA – CODIUB

CNPJ: 18.597.781/0001-09
AVISO AOS ACIONISTAS

A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, comunica os Acionistas da Companhia que se encontram à disposição para a devida apreciação, na sede social da empresa, situada na Av. Dom Luiz Maria de Santana, N.º 146, Santa Marta, nesta cidade de Uberaba/MG., todos os documentos que se referem a Lei n.º 6.404/76, relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2.019.
Uberaba/MG. 17 de março de 2.020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Denis Silva de Oliveira E **Evaldo José Espindula**
Diretor Presidente Diretor Executivo

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A finalidade desta é convocar os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia **30 (trinta) de abril de 2020, às 10:00 (dez) horas**, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, situada na Av. Dom Luiz Maria de Santana, n.º 146, bairro Santa Marta, nesta cidade de Uberaba/MG., objetivando a deliberação referente a seguinte ordem do dia:

I – ORDINÁRIA:

A) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
B) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

II - EXTRAORDINÁRIA:

A) Outros assuntos de interesse da Companhia.
Uberaba/MG., 17 de março de 2020.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Denis Silva de Oliveira E **Evaldo José Espindula**
Diretor Presidente Diretor Executivo

SICOOB CREDIUNA/MG

Retificação do Edital de Leilão **002/2020** – Fica suspenso a primeira data, onde se lê "08/04/2020, leia-se" 29/05/2020, sendo a mesma simultâneo (presencial e online) e onde se lê "caso não haja venda será levado a leilão online", retirar data 08/05/2020 e acrescentar-se a data 08/08/2020, permanecendo inalteradas as demais cláusulas de edital. Leiloeiro: Fernando Caetano Moreira Filho. Fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 020/2020 – Pregão Presencial 008/2020- Objeto: Contratação de prestação de serviços de lavanderia hospitalar. Data: 07/04/2020 as 13:00 horas. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: e-mail: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL.
Célio Santana - Prefeito Municipal.

SICOOB CREDIRIODOCE

Retificação do Edital de Leilão 001/2020 do Sicoob Crediriodoce/MG. Onde se lê "simultâneo" leia-se "online" permanecem inalteradas as demais cláusulas de edital. Fone:37-3242-2218.

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO N.º 091/2020

Objeto: Aquisição de equipamentos (máquina unitalizadora de medicamentos, aparelho de anestesia e outros).O Pregoeiro, em caráter excepcional e tendo em vista aos pedidos de esclarecimentos ao Edital Pregão Eletrônico nº 027/2020 e, considerando a necessidade de analisar os questionamentos aventados, DECIDE SUSPENDER, sine die, a referida Licitação.Deve-se dar amplo conhecimento dessa decisão mediante publicação de que a mesma foi SUSPENSA, sine die e que, oportunamente será marcada nova data para Sessão Pública para recebimento de proposta.Uberlândia, 12 de março de 2020.Daniel de Almeida.Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO**COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 010/2020**

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, em virtude da Pandemia do Covid-19 no Brasil, comunica a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 014/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 010/2020, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPOTARIA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS/MATERIAIS NA CONFECCÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE COLCHONETES, CADEIRAS, POLTRONAS, MACAS ENTRE OUTROS PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES E DEMAIS UNIDADES DE SAÚDE PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 014/2020

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, em virtude da Pandemia do Covid-19 no Brasil, comunica a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 022/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 014/2020, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE DIETAS E SUPLEMENTO ALIMENTAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 015/2020

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, em virtude da Pandemia do Covid-19 no Brasil, comunica a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 020/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 014/2020, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDER OS USUÁRIOS DO PRONTO ATENDIMENTO / HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES E FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 017/2020

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, em virtude da Pandemia do Covid-19 no Brasil, comunica a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 026/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 017/2020, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS ANTROPOMÉTRICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 018/2020

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, em virtude da Pandemia do Covid-19 no Brasil, comunica a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 027/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 018/2020, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO E SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS 019/2020

A Pregoeira da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei 8.666/93, comunica a pedido da Secretaria Municipal de Saúde a **SUSPENSÃO** do Processo Licitatório n.º 029/2020, Modalidade Pregão/Registro de Preços n.º 019/2020, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE PULSEIRAS HOSPITALARES, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS**, para correções no edital. O mesmo será republicado posteriormente.

Gabriela Martins Cardoso - Pregoeira
Pedro Leopoldo, 23 de março de 2020.

O Prefeito do Município de Capitólio, considerando o Decreto Legislativo 88/2020 de Calamidade Pública; considerando as recomendações da OMS; considerando o Decreto Municipal nº 179 de 21 de março de 2020; leva ao conhecimento dos interessados que a sessão do **Pregão Presencial n.º 11/2020, Procedimento Licitatório n.º 34/2020, Registro de Preços 09/2020**, objetivando a prestação de serviço de **Sonorização e iluminação de eventos** agendada para o dia 30/03/2020 às 09:00; **Pregão Presencial n.º 12/2020, Procedimento Licitatório n.º 35/2020, Registro de Preços 10/2020**, objetivando a prestação de serviço de **Segurança de Eventos** agendada para o dia 31/03/2020 às 09:00; **Tomada de Preços n.º 08/2020, Procedimento Licitatório n.º 42/2020**, objetivando a aquisição de **Materiais de Papelaria** agendada para o dia 26/03/2020 às 09:00; ficam suspensas por prazo indeterminado, quando da designação de nova data, estas serão devidamente publicadas. Ficam inalteradas todos os demais regramentos e disposições dos certames. www.capitolio.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG

A pregoeira oficial no uso de suas atribuições torna-se público o **ADIAMENTO** dos processos processo 034/2020 PP 021/2020 (uniformes) que ocorreria no dia 24/03/2020 às 08h; processo 035/2020 PP 022/2020 (mobiliário escolar) que ocorreria no dia 26/03/2020 às 08h; processo 036/2020 PP 023/2020 (ambulâncias e minivans) que ocorreria no dia 27/03/2020 às 08h e processo 037/2020 PP 024/2020 (lubrificantes) que ocorreria no dia 30/03/2020 às 08h por medida cautelar ao avanço do COVID-19, com novas datas a serem definidas. Maiores informações pelo tel.: (38) 3251-2375 e e-mail: licitacao@bocaiuva.mg.gov.br. Ana Angélica Perpétuo, Pregoeira Oficial.

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG-050 S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.822.767/0001-08 - NIRE 31.300.025.055

Aviso aos Acionistas
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., sociedade por ações com sede à Av. Joaquim André, 361, bairro Santa Clara, na cidade de Divinópolis/MG, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.822.767/0001-08 ("Companhia"), na sua sede e nos sites da Companhia e da CVM na Internet, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Divinópolis, 24 de março de 2020.
A Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso de Cancelamento de Licitação - Pregão Presencial Nº016/2020 - A Prefeitura Municipal de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais, através do setor licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que esta Adiada por tempo indeterminado o Processo Licitatório nº032/2020, Pregão Presencial Nº016/2020, cujo objeto é o Registro de Preço para aquisição de veículos tipo passeio, minivan e ambulância simples remoção zero km. Motivo: Pandemia Virus Covid-19 Augusto de Lima, 20/03/2020 - João Carlos Batista Borges - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAUBA/MG

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 197303. Processo de Licitação Nº.00007/2019. Modalidade: Inexigibilidade n.º 000008/ 2019. Contratante: Município de Janauba-MG. Contratada: Clara Luz Locação e Transporte Ltda. Objeto da Licitação: Fornecimento de Vales-Transportes. Valor do Contrato: R\$ 34.128,00. Valor do Aditivo: R\$ 8.532,00. Valor Total do Contrato: R\$ 42.660,00.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV

AVISO DE REVOGAÇÃO
Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna pública a **REVOGAÇÃO** da LICITAÇÃO Nº 049/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2020** – do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO MANIPULADO PARA UTILIZAÇÃO EM CIRURGIAS NEUROLÓGICAS ONCOLÓGICAS**, com fulcro no artigo 49 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada pelas Leis nº. 8.883/94 e 9.648/98.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial - nº 024/2020
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial - nº 024/2020**. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de carceiras duplas para adultos, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários para a execução, para atender às necessidades do Cemitério Parque Municipal. Data de realização 03/04/2020 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.
Nova Lima, 23 de março de 2020.
A Pregoeira

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISOS SUSPENSÃO "SINE DIE"
Fundação Hospitalar do Município de Varginha, torna pública a suspensão "sine die" da LICITAÇÃO Nº 035/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2020**, cujo objeto constitui-se da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS DE LEGITIMAÇÃO: CARTÕES ELETRÔNICOS/MAGNÉTICOS COM CHIP DE SEGURANÇA (VALE ALIMENTAÇÃO)**. Salientamos que, definida a nova data de abertura, imediatamente será dada ciência às empresas, prosseguindo-se os trabalhos até seus ultimos termos. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

Fundação Hospitalar do Município de Varginha, torna pública a suspensão "sine die" da LICITAÇÃO Nº 043/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2020**, cujo objeto constitui-se do **REGISTRO DE PREÇOS para o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA OS EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO**. Salientamos que, definida a nova data de abertura, imediatamente será dada ciência às empresas, prosseguindo-se os trabalhos até seus ultimos termos. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

Fundação Hospitalar do Município de Varginha, torna pública a suspensão "sine die" da LICITAÇÃO Nº 044/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2020**, cujo objeto constitui-se do **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO**. Salientamos que, definida a nova data de abertura, imediatamente será dada ciência às empresas, prosseguindo-se os trabalhos até seus ultimos termos. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

Fundação Hospitalar do Município de Varginha, torna pública a suspensão "sine die" da LICITAÇÃO Nº 045/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2020**, cujo objeto constitui-se do **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, ONCOLÓGICOS E CONTROLADOS**. Salientamos que, definida a nova data de abertura, imediatamente será dada ciência às empresas, prosseguindo-se os trabalhos até seus ultimos termos. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

Fundação Hospitalar do Município de Varginha, torna pública a suspensão "sine die" da LICITAÇÃO Nº 046/2020 – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2020**, cujo objeto constitui-se do **REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CIRURGIAS NEUROLÓGICAS ONCOLÓGICAS, EM CARÁTER DE CONSIGNAÇÃO, COM COMODATO DE EQUIPAMENTO**. Salientamos que, definida a nova data de abertura, imediatamente será dada ciência às empresas, prosseguindo-se os trabalhos até seus ultimos termos. **Informações:** (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS
2ª PUBLICAÇÃO - Processo Licitatório nº 34/2020 Tomada de Preços nº 01/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para melhoria de quadra coberta, localizada na Rua Joaquim Ribeiro da Mota. Data: 14/04/2020 às 10:00.
Marmelópolis, 23 de março de 2020.
Valquíria Aparecida Ribeiro Fortes. Presidente da CPL.

HOJE EM DIA | **ANUNCIE AQUI**
(31) 3236-8001

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CISAMSF. EXTRATO DE PUBLICAÇÃO. SUSPENSÃO DE CREDENCIAMENTO. O CISAMSF, através da Comissão Permanente de Licitação, em razão das medidas de prevenção e enfrentamento da transmissão do Coronavírus determinadas pelos Órgãos de Saúde Pública, torna pública a SUSPENSÃO por prazo indeterminado do CREDENCIAMENTO Nº 001/2020, objetivando o credenciamento de pessoa jurídica para a futura contratação de serviços médicos objetivando a realização de consultas médicas especializadas, realização de exames especializados de média e alta complexidade, bem como serviços de realização de procedimentos cirúrgicos. Eliane Rodrigues Nunes - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO. SUSPENSÃO DE CREDENCIAMENTO. O CISAMSF, através da Comissão Permanente de Licitação, em razão das medidas de prevenção e enfrentamento da transmissão do Coronavírus determinadas pelos Órgãos de Saúde Pública, torna pública a SUSPENSÃO por prazo indeterminado do CREDENCIAMENTO Nº 002/2020, objetivando o credenciamento de pessoa jurídica para a futura contratação de serviços médicos objetivando a realização de consultas médicas especializadas, realização de exames especializados de média e alta complexidade a serem prestados nas estruturas do Consórcio CISAMSF. Eliane Rodrigues Nunes - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 275/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI SMA/SUCON Nº 08/2019
O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica a todas as empresas interessadas na **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2019**, cujo objeto consiste em: **contratação de empresa(s) de prestação de serviços de engenharia civil, para construção dos Prédios de Aprendizagem 04, 05 e 06 da UNIFEI no município de Itabira/MG, divididos em 03 lotes, sendo: Lote 01 - Prédio de Aprendizagem 04, Lote 02 - Prédio de Aprendizagem 05 e Lote 03 - Prédio de Aprendizagem 06**, que estão suspensos todos os prazos da referida concorrência, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito.
Itabira, 23 de março de 2020
Tânia Maria de Souza
Secretária Municipal de Administração - Em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020
PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 019/2020
O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica a todas as empresas interessadas no **PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 019/2020 - PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 012/2020**, cujo objeto consiste na **Contratação de empresa para Execução de Serviços de Pavimentação Rua 04 - Barreiro, município de Itabira/MG**, que estão suspensos todos os prazos do referido **PREGÃO PRESENCIAL**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Trânsito.
Itabira, 23 de março de 2020.
Tânia Maria de Souza
Secretária Municipal de Administração Em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE/MG
TOMADA DE PREÇOS 005/2020
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, torna público que realizará licitação nos termos da Lei 8.666/93, Processo 028/2020 na modalidade Tomada de Preços 005/2020 - Tipo menor preço por empreitada global - Realização no dia 09 de abril de 2020 às 09h:00min. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de implantação de pavimentação em bloco sextavado em vias urbanas, conforme projeto e planilha em anexo ao edital. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço, Avenida João Bernardino de Souza, 714 - Centro, onde o Edital e os Anexos poderão ser retirados, Novorizonte/MG, 23 de março de 2020 - ARLEY COSTA MENDES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVORIZONTE/MG
TOMADA DE PREÇOS 006/2020
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG, torna público que realizará licitação nos termos da Lei 8.666/93, Processo 029/2020 na modalidade Tomada de Preços 006/2020 - Tipo menor preço por empreitada global - Realização no dia 09 de abril de 2020 às 11h:30min. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do mercado municipal, conforme projeto e planilha em anexo ao edital. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço, Avenida João Bernardino de Souza, 714 - Centro, onde o Edital e os Anexos poderão ser retirados, Novorizonte/MG, 23 de março de 2020 - ARLEY COSTA MENDES - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 92/18 - Adesão ATA SRP 2/18 do CODANORTE - 2º Aditivo CTR 84/18 - Prorroga vig: 24/3/20 a 23/9/20.
Proc. 34/20 - PP 16/20 - Aquis. medicamentos - Credenc. 20/4/20 - 9h. licitacao.prefeituraromao2017@gmail.com - saoromao.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
INFORMA QUE O PERÍODO DE REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 01/2020, QUE SERIAM REALIZADAS DO DIA 30/03/2020 A 30/04/2020, ESTÃO SUSPENSAS POR TEMPO INDETERMINADO CONSIDERANDO DETERMINAÇÕES LEGAIS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS- COVID 19. ASSIM QUE A SITUAÇÃO FOR NORMALIZADA, UMA NOVA DATA SERÁ DIVULGADA PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ E DA FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO - Dispensa. nº 013/2020, Processo nº 022/2020 - Contrato nº 024/2020. O município de Caparaó/MG, torna público nos termos do art.61 Pn, da Lei 8.666/93, o contrato nº 024/2020 - Cujos objetos são: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de Construção de Muro de Arrimo em Gabião Caixa - trecho 01 com 20 metros e trecho 02 com 50 metros com base no art. 24 IV da Lei nº 8.666/93, decreto municipal nº 1.223/2020, Portaria nº 378 do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária. Empresa Contratada: Construtora Caputira LTDA, CNPJ nº: 07.262.814/0001-43. Tendo valor global R\$ 374.107,64 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e sete reais e sessenta e quatro centavos) - contrato nº 024/2020 assinado em 23 de março de 2020. Vigência: 04 (quatro) meses. Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE LAGOASANTA - Abertura do Pregão Presencial 016/20, no dia 08/04/2020 às 09h00min, com credenciamento a partir das 09h30min. Objeto: contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de engenharia de infraestrutura urbana no seguimento de iluminação pública (serviços de eficiência, ampliação e instalação com medição) para atender as demandas de iluminação pública, com fornecimento de mão de obra e material, em vias e espaços públicos, dentro do perímetro urbano, inclusive rodovias dentro do limite do município de Lagoa Santa/MG (pacote 06). O edital na íntegra estará disponível na rua São João, 290-Centro, no horário de 12h às 17h e/ou no site www.lagoasanta.mg.gov.br - Marcelle Rodrigues do Nascimento Faria /Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO DECRETO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CORONAVÍRUS - DECRETO Nº 2.190/2020. Em razão das medidas adotadas pelo município de São João Batista do Glória para prevenção ao contágio, enfrentamento e contingenciamento no âmbito no Município de São João Batista do Glória para prevenção da Epidemia COVID - 19 ficam suspensas sine die as sessões de licitações referentes aos Pregões: 17/2020 (Materiais de limpeza); 19/2020 (Som, iluminação, dentre outros); 20/2020 (Materiais de escritório); 21/2020 (Caçambas); 22/2020 (Alimentos do CRAS) e 23/2020 (Médico regulador). Novas publicações se darão nos termos do Art. 21, §4º da Lei 8.666/93. Informações no site: www.gloria.mg.gov.br ou pelo telefone (35) 3524-0908. São João Batista do Glória/MG, 23/03/2020. Ketelin Camile dos Reis Marques/Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020
PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 012/2020
O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica a todas as empresas interessadas no **PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 012/2020 - PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 009/2020** - contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software integrada, em regime de locação, para a gestão pública nas áreas administrativa, financeira e fiscal, aderentes às legislações vigentes, com serviços de implantação, conversão de dados pre-existent, treinamento, manutenção e suporte técnico, bem como serviço de hospedagem dos sistemas em nuvem e serviços de backup em nuvem, para a Prefeitura Municipal de Itabira, bem como, para os demais Entes apresentados neste Edital, que estão suspensos todos os prazos do referido **PREGÃO PRESENCIAL**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração.
Itabira, 23 de março de 2020.
Tânia Maria de Souza
Secretária Municipal de Administração Em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 022/2020 - DISPENSA Nº 013/2020 - O Município de CAPARAÓ MG, torna público nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93, a RATIFICAÇÃO do PROCESSO Nº 022/2020 - Dispensa nº 013/2020 - Cujos objetos são: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de Construção de Muro de Arrimo em Gabião Caixa - trecho 01 com 20 metros e trecho 02 com 50 metros com base no art. 24 IV da Lei nº 8.666/93, decreto municipal nº 1.223/2020, Portaria nº 378 do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária. Empresa Contratada: Construtora Caputira LTDA, CNPJ nº: 07.262.814/0001-43 no valor global de R\$ 374.107,64 (trezentos e setenta e quatro mil, cento e sete reais e sessenta e quatro centavos). A vigência do contrato é de 04 (quatro) meses - Cristiano Xavier da Costa - PREFEITO Municipal. 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 021/2020 - DISPENSA Nº 012/2020 - O Município de CAPARAÓ MG, torna público nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93, a RATIFICAÇÃO do PROCESSO Nº 021/2020 - Dispensa nº 012/2020 - Cujos objetos são: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de Construção de Pegão e Alas da Ponte da Rua Sebastião Lourenço Dias Filho com base no art. 24 IV da Lei nº 8.666/93, decreto municipal nº 1.223/2020, Portaria nº 378 do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária. Empresa Contratada: Construtora Caputira LTDA, CNPJ nº: 07.262.814/0001-43 no valor global de R\$ 56.918,61 (cinquenta e seis mil, novecentos e dezoito reais e sessenta e um centavos). A vigência do contrato é de 02 (dois) meses.
Cristiano Xavier da Costa - PREFEITO Municipal. 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 017/2020, Pregão Presencial nº 08/2020, Registro de Preços nº 08/2020, com abertura para o dia 07 de abril de 2020 às 12:30, objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos destinados à manutenção da Secretaria Municipal de Saúde. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó - MG, CEP 36834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br.
Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal. 23 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO - Dispensa. nº 012/2020, Processo nº 021/2020 - Contrato nº 023/2020. O município de Caparaó/MG, torna público nos termos do art.61 Pn, da Lei 8.666/93, o contrato nº 023/2020 - Cujos objetos são: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de Construção de Pegão e Alas da Ponte da Rua Sebastião Lourenço Dias Filho com base no art. 24 IV da Lei nº 8.666/93, decreto municipal nº 1.223/2020, Portaria nº 378 do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, tendo-se em vista as fortes chuvas que afetaram o Município de Caparaó - Contratado: Construtora Caputira LTDA, CNPJ nº: 07.262.814/0001-43. Tendo valor global R\$ 56.918,61 (cinquenta e seis mil, novecentos e dezoito reais e sessenta e um centavos) - contrato nº 023/2020 assinado em 23 de março de 2020. Vigência: 02 (dois) meses Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020
PROCESSO PMI/SMA/SUCON Nº 020/2020
O MUNICÍPIO DE ITABIRA comunica a todas as empresas interessadas no **PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 020/2020 - PREGÃO PRESENCIAL PMI/SMA/SUCON Nº 013/2020** - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de Hidroginástica para atender a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude e Natação para a Secretaria Municipal de Educação, no Município de Itabira., que estão suspensos todos os prazos do referido **PREGÃO PRESENCIAL**, conforme solicitação da **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude e Secretaria Municipal de Educação**.
Itabira, 23 de março de 2020.
Tânia Maria de Souza
Secretária Municipal de Administração Em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
O Prefeito Municipal de Capitão Enéas, MG, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que os Processos Licitatórios: **Processo 014, Pregão Presencial 006, SRP 005**, Aquisição de gêneros alimentícios; **Processo 015, Pregão Presencial 007, SRP 006**, Aquisição de carnes bovina e suína, peixes e embutido; **Processo 018, Tomada de Preços 006**, Reconstrução de Quadra Poliesportiva; **Processo 020, Pregão Presencial 008, SRP 007**, contratação de prestação de serviços de arbitragem esportiva e **Processo 021, Pregão Presencial 009**, Contratação de prestação de serviços de transporte escolar, todos referentes ao ano de 2020, estão SUSPENSOS em virtude do Decreto Municipal 132/2020 de 22 de Março de 2020. Dispõe sobre adoção no âmbito do Município de Capitão Enéas, de medidas emergenciais de prevenção do contágio pelo COVID-19, em seu artigo 4º. Após ser superada a crise epidemiológica regional, o aviso dos referidos processos serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo e-mail: licitacaocapitaoneas@gmail.com ou <https://capitaoneas.mg.gov.br/> - Capitão Enéas, 23 de Março de 2020.
Petrônio Mineiro de Souza - Prefeito Municipal.

SELEÇÃO DE PACIENTES ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

E FUNORTE
PÓS-GRADUAÇÃO
BELO HORIZONTE

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG
(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512
posodontologiaprado@funorte.edu.br

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

